

187-200. Retirado setembro 05, 2012 de <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior2.pdf>.

Isaia, Silvia Maria. Bolzan, Doris Pires Vargas. Maciel, Adriana. (2011). Indicadores de qualidade e desenvolvimento profissional docente. In: MOROSINI, M.C (org). *Qualidade na Educação Superior: reflexões e práticas investigativas*. Vol. 3. Porto Alegre: Edipucrs, p. 361-381. Retirado setembro 12, de <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior3.pdf>.

Maues, Olgaíses (2009). Regulação Educacional, formação e trabalho docente. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 44, p. 473-492, set/dez. Retirado agosto 20, de <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1532/1532.pdf>.

Morosini, Marília (2009). Qualidade na Educação Superior: tendências do século. Estudos em *Avaliação Educacional*. Volume 20. São Paulo, p. 165-186.

Disseminação De Boas Práticas Entre Instituições De Ensino Superior: O Consenso Curricular Em Política Nutricional Como Uma Ferramenta Inicial

Pedro Graça
Maria João Gregório
Universidade do Porto. Portugal
Direção-Geral da Saúde. Portugal
pedrogracapco@gmail.com

Enseñar y aprender en la Educación Superior
Ensayo producciones y/o comunicación de conocimiento en el nivel superior
Consenso, política nutricional, nutricionistas, plano curricular, Portugal

Resumo

O ensino da Política Nutricional e a sua integração na formação dos Nutricionistas em Portugal é muito recente, tendo-se iniciado no final da década de 90 na Universidade do Porto, na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação (FCNAUP). Ao longo destes 15 anos de experiência, na disciplina de Política Nutricional, deu-se uma evolução através da adopção de sucessivos programas curriculares e estratégias de ensino. Mais recentemente, com o aparecimento de novas instituições de ensino superior nesta área em Portugal considerou-se essencial iniciar o diálogo frequente e organizado sobre aspectos técnicos, pedagógicos e éticos entre as diferentes

instituições de ensino superior que formam nutricionistas. Neste contexto e tendo como objetivo a partilha de *know-how* que a FCNAUP adquiriu ao longo destes últimos 15 anos foi elaborado, pela primeira vez, um consenso pedagógico entre os responsáveis por esta área disciplinar nas diferentes instituições de ensino público e privado. Esta necessidade teve ainda em linha de conta o dever ético consagrado no Código Deontológico da Ordem dos Nutricionistas Portugueses publicado em 2012 que no seu Capítulo II, artigo 4º considera ser dever geral dos Nutricionistas “Colocar a sua capacidade ao serviço do interesse público inerente à profissão; e Comprometer-se com a atualização contínua dos seus conhecimentos e capacidades científicas, técnicas e profissionais”. Assim, o modelo aqui ensaiado pela primeira vez parece ser uma ferramenta importante para iniciar a disseminação de boas práticas entre diferentes instituições de ensino superior, contribuindo para a consensualização de competências e conteúdos formativos de base. Estamos em crer que este documento representa um primeiro passo para a qualidade da discussão, do ensino e qualificação dos docentes e investigadores que operam nesta área em Portugal, podendo ser alargado a outros países do espaço Ibero-americano.

Abstract

Teaching Nutrition Policy and its integration in the Nutritionists education programs in Portugal is very recent, having just started in the late 90's at the Faculty of Nutrition and Food Sciences of the University of Porto (FCNAUP). Throughout the last 15 years of experience in the unit course of Nutrition Policy, successive curricula and teaching strategies have been adopted. More recently, with the emergence of new institutions of higher education in this area in Portugal, was considered essential to initiate frequent dialogue on technical, educational and ethical issues between different higher education institutions that offer undergraduate programs in Nutrition Sciences. In this context and with the aim of sharing know-how that FCNAUP acquired over the last 15 years, has been developed for the first time, a consensus among those who are responsible for teaching this subject in different public and private education institutions. This need also took into account the ethical obligation presents in the Code of Ethics of the Portuguese College of Nutritionists published in 2012 that in Chapter II, Article 4, considers the general obligations of the Nutritionists to "Putting your ability to serve the public interest inherent in the profession; and commit to continuous updating of their knowledge and scientific, technical and professional skills". Thus, the model tested here for the first time seems to be an important tool to start the dissemination of good practices between different institutions of higher education. It contributes to consensus of skills and basic training content. We believe that this paper represents a first step towards the quality of discussion, education and training of teachers and researchers operating in this area in Portugal. It can also be extended to other countries of the Ibero-American area.

Introdução

A Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto (FCNAUP) é a única instituição pública nacional responsável pela formação de licenciados em Ciências da Nutrição (Nutricionistas). A formação de Nutricionistas em Portugal iniciou-se no ano letivo 1976/77 através da criação do curso de bacharelato em Nutricionismo, na dependência direta da Reitoria da Universidade do Porto e evoluiu em 1999 para a designação atual de FCNAUP. A inclusão curricular do estudo da Política Nutricional na formação dos Nutricionistas em Portugal, nomeadamente na FCNAUP é muito recente, iniciou-se no ano letivo de 1997/1998. Apesar de recente, a importância desta área disciplinar para a consolidação da intervenção de qualidade do Nutricionista na sociedade ganhou um rápido apoio e desenvolvimento, tanto a nível nacional como internacional. Atualmente reconhece-se, tanto a nível nacional como internacional, que os Nutricionistas são profissionais de saúde com competências para desenvolver e implementar estratégias integradas de prevenção e redução dos riscos das doenças associadas à alimentação, promovendo a melhoria do estado nutricional e de saúde de uma população (Davis, Affenito, 2014, Caraher, Coveney, 2003).

Mais recentemente, o ensino da unidade curricular de Política Nutricional estendeu-se progressivamente aos planos curriculares de outras instituições de ensino superior que entretanto começaram a lecionar na área das Ciências da Nutrição. Assim, a formação nesta área é entendida como essencial para a formação dos Nutricionistas, por todas as instituições de ensino superior portuguesas que lecionam o curso de Ciências da Nutrição, bem como pelas associações de profissionais nesta área.

Neste sentido, sendo esta área disciplinar uma área de ensino tão recente, considerou-se essencial iniciar o diálogo frequente e organizado sobre aspectos técnicos, pedagógicos e éticos entre as diferentes instituições de ensino superior que formam Nutricionistas em Portugal.

Este trabalho, pretende assim apresentar o consenso curricular em Política Nutricional elaborado pela primeira vez em Portugal no ano de 2013.

O consenso curricular em Política Nutricional como uma ferramenta inicial de disseminação de boas práticas entre instituições de ensino superior

No ano de 2013 foi elaborado, pela primeira vez, um consenso técnico e pedagógico entre os responsáveis pela área disciplinar de Política Nutricional nas diferentes instituições de ensino público e privado portuguesas (Graça, Gregório, 2013). A FCNAUP, enquanto instituição de

ensino superior portuguesa com mais de 35 anos de experiência na formação de Nutricionistas em Portugal, considerou importante a partilha de *know-how* que foi adquirindo ao longo destes anos. Esta necessidade teve ainda em linha de conta o dever ético consagrado no Código Deontológico da Ordem dos Nutricionistas Portugueses publicado em 2012 que no seu Capítulo II, artigo 4º considera ser dever geral dos Nutricionistas “Colocar a sua capacidade ao serviço do interesse público inerente à profissão; e Comprometer-se com a atualização contínua dos seus conhecimentos e capacidades científicas, técnicas e profissionais” (Código Deontológico da Ordem dos Nutricionistas, 2012).

Ao nosso melhor conhecimento, este foi o primeiro consenso formalizado em Portugal na área das Ciências da Nutrição. Para esta reunião foram convidados todos os responsáveis por esta área disciplinar nas diferentes instituições de ensino público e privado e contou também com a participação da Associação Portuguesa dos Nutricionistas. Desta reunião resultou a publicação do artigo “Consenso sobre aspectos técnicos, pedagógicos e éticos da formação na área da Política Nutricional para as Ciências da Nutrição em Portugal”, que pretende ser um documento evolutivo e aberto à discussão permanente dos interessados por este tema. Neste documento consenso ficaram definidos os objetivos de ensino e competências desta área disciplinar, bem como os conteúdos programáticos de base (Graça, Gregório, 2013).

Este consenso entre especialistas não substitui as orientações científicas e pedagógicas das diferentes instituições de ensino e a sua regular autoavaliação, nem a atividade das instituições que contribuem para a garantia da qualidade do ensino superior. Em Portugal, existem instituições que estabelecem procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos respectivos ciclos de estudos. Entre estas destaque-se a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior que atribui uma classificação qualitativa fundamentada nos aspectos relevantes do desempenho do estabelecimento de ensino superior e do ciclo de estudos. Os aspectos sobre os quais incide a avaliação têm em conta a natureza e as características da instituição de ensino superior e do ciclo de estudos, bem como o tipo de ensino ministrado. De entre os campos de apreciação são avaliados os objetivos dos ciclos de estudos; a organização interna e mecanismos de garantia da qualidade; os recursos materiais e parcerias; a qualificação e afectação do pessoal docente e não docente; os objetivos de ensino, estrutura curricular e plano de estudos; a organização das unidades curriculares ou ainda as metodologias de ensino e aprendizagem (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, 2009). Contudo esta avaliação externa, instituição a instituição, não substitui a discussão inter-pares e a necessária troca de opiniões e consensualização das bases técnicas e pedagógicas para o ensino na área. Sendo um documento de base também não pretendemos limitar a especificidade que as diferentes instituições pretendem imprimir às suas unidades curriculares. Trata-se somente de um contributo para a qualidade da

discussão, do ensino e qualificação dos docentes e investigadores que operam nesta área em Portugal.

Discussão e conclusões

Para o crescimento qualificado da oferta formativa e resposta às necessidades da sociedade é necessária uma discussão sistemática e permanente entre os vários intervenientes do processo educativo a este nível.

O consenso intitulado “Consenso sobre aspectos técnicos, pedagógicos e éticos da formação na área da Política Nutricional para as Ciências da Nutrição em Portugal” permitiu consensualizar competências e conteúdos formativos de base no ensino da Política Nutricional em Portugal. Assim, o modelo aqui ensaiado pela primeira vez parece ser uma ferramenta importante para iniciar a disseminação de boas práticas entre diferentes instituições de ensino superior, contribuindo para a consensualização de competências e conteúdos formativos de base. Estamos em crer que este documento representa um primeiro passo para a qualidade da discussão, do ensino e qualificação dos docentes e investigadores que operam nesta área em Portugal. O sucesso da iniciativa e o espaço de progressão identificado entre os intervenientes, sugere a possibilidade de novas iniciativas deste género e a continuação deste diálogo, podendo ser alargado a outros países do espaço Ibero-americano.

Porém, vale a pena realçar que o ensino na área da Política Nutricional apresenta grandes desafios, na medida em que é uma área teórica diferente daquela onde os Nutricionistas estão habituados a trabalhar. Atualmente, sabemos que existem dois modelos distintos de atuação ao nível da intervenção em política nutricional. Por um lado, a intervenção ao nível da capacitação dos cidadãos para escolhas alimentares saudáveis e, por outro lado a intervenção ao nível da modificação de ambientes e da disponibilidade alimentar. Apesar do primeiro modelo ter-se mostrado dominante nas políticas nutricionais implementadas até ao presente, sabe-se atualmente que os resultados da sua eficácia são muito limitados. Mais recentemente, os especialistas nesta área e também as políticas nutricionais “modernas” têm vindo a sugerir a necessidade de uma intervenção mais ampla ao nível da modificação da disponibilidade alimentar e ao nível das condições de acesso físico e económico aos alimentos. Contudo, este último modelo de intervenção, apesar de se revelar notoriamente mais eficaz, pode ser considerado com um dos atuais desafios das políticas nutricionais (Brambila-Macias, Shankar, et al., 2011, Conselho Federal de Nutricionistas, 2013, Kugelberg, Jonsdottir, 2012, Martin, 2014).

Assim, estamos em crer que o ensino nesta área deve ser capaz de fomentar a análise crítica acerca das melhores estratégias de intervenção na área da política nutricional, que sejam capazes de prevenir as doenças crónicas associadas a uma alimentação desequilibrada e que tenham em linha

de conta uma abordagem de intervenção intersectorial, considerando as condições agrícolas, ambientais, sociais, económicas e políticas relacionadas. O ensino na área deve ainda entender as atuais limitações dos formandos nesta área, nomeadamente a sua frágil preparação para a intervenção cívica e os conhecimentos e competências necessários a esta intervenção. Também devem ser consideradas as limitações do próprio corpo docente da área das ciências da saúde, com dificuldade em articular o seu conhecimento tradicional e a sua base de formação com a capacitação dos formandos para a intervenção pública e liderança a este nível. Certamente que o ensino nesta área exige uma preparação sólida. Se a estes condicionalismos, acrescentarmos uma visão, muitas vezes, individual de cada docente sobre o que entende por capacitação para a intervenção cívica por parte dos Nutricionistas, claramente se percebe a oportunidade para o diálogo e consenso sobre as metodologias a adotar.

Referências

- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Regulamento dos procedimentos de avaliação e de acreditação nº 504/2009.
- Brambila-Macias, J., Shankar, B., Capacci, S., Mazzocchi, M., Perez-Cueto, F. J., Verbeke, W. and Traill, W. B. (2011). Policy interventions to promote healthy eating: a review of what works, what does not, and what is promising. *Food Nutr Bull.* 32(4): 365-375.
- Caraher, M., Coveney, J. (2003). Public health nutrition and food policy. *PublicHealthNutrition.* 7(5), 591-598.
- Conselho Federal de Nutricionistas. (2013). Os Nutricionistas e as políticas públicas. *Revista da Associação Brasileira de Nutrição.* 5(1), 86-88.
- Davis, A. M., Affenito, S. G. (2014). Nutrition and Public Health: Preparing Registered Dietitian Nutritionists for Marketplace Demands. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics.*
- Diário da República, 2.ª série, N.º250. (2012). Regulamento n.º511/2012, Regulamento que aprova o Código Deontológico da Ordem dos Nutricionistas.
- Graça, P., Gregório, M. J., Gomes, A., Hogg, T., Oliveira, A., Tavares, N., Lopes, H. d. S., Valente, A. and Ávila, H. (2013). Consenso sobre Aspectos Técnicos, Pedagógicos e Éticos da Formação na Área da Política Nutricional para as Ciências da Nutrição em Portugal. *Revista Nutricias.* 17: 4-5.
- Kugelberg, S., Jonsdottir, S., Faxelid, E., Jönsson, K., Fox, A., Thorsdottir, I. and Yngve, A. (2012). Public health nutrition workforce development in seven European countries: constraining and enabling factors. *Public Health Nutr.* 15(1): 1989-1998.

Martin, J. (2014) This conference believes that preventing obesity is the responsibility of the individual and not of government. *Abstracts of the 12th International Congress on Obesity (ICO), Kuala Lumpur, Malaysia 17-20 March 2014 in Obesity reviews*.15 (Suppl. 2): 4-6.

Formación ambiental en el diseño curricular de carreras de Ingeniería Civil

María Ignacia Graham
Osvaldo Russo
Guillermo Iván Bochaton
Universidad Tecnológica Nacional – Facultad Regional General Pacheco. Argentina
mariaigraham@gmail.com

La construcción y el desarrollo del currículum: un desafío para la Educación Superior
Ensayos, producciones y/o comunicación de conocimiento en el nivel superior
Formación ambiental, ingeniería civil, desarrollo sustentable, estrategias pedagógicas, diseño curricular

Resumen

Las Facultades Regionales Mendoza, Rosario, Bahía Blanca, Buenos Aires y General Pacheco de la Universidad Tecnológica Nacional desarrollan un Proyecto de Investigación y Desarrollo (PID) en red denominado “Estrategias didácticas y metodológicas para transferir saberes